



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016

(Do Sr. Danilo Cabral)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação referentes ao Programa *Ciência sem Fronteiras*.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação, as seguintes informações referentes ao Programa Ciência Sem Fronteiras:

1. Quais os critérios que devem constar no relatório de desempenho acadêmico anual dos alunos do programa ciência sem fronteiras na modalidade doutorado pleno no exterior para a renovação da concessão da bolsa?
2. Qual o prazo para a Capes responder aos pedidos de recurso da decisão de interromper a concessão das bolsas de doutorado pleno?
3. As bolsas de doutorado pleno no exterior já concedidas poderão ser canceladas por restrição orçamentária?
4. Sendo as bolsas de doutorado pleno no exterior interrompidas por falta de recursos financeiros, os alunos terão de restituir ao Erário os valores com eles já gastos?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Conforme reportagem editada no Jornal Folha de São Paulo em 27/06/2016:

“Governo interrompe bolsas do Ciência sem Fronteiras no exterior

SABINE RIGHETTI – colaboração para a Folha

27/06/2016 - 02h00

<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/06/1785680-governo-interrompe-bolsas-do-ciencia-sem-fronteiras-no-exterior.shtml>

Estudantes de doutorado pleno no exterior do programa federal de intercâmbio Ciência sem Fronteiras estão enfrentando problemas para renovar a concessão de suas bolsas – o que já tem deixado alguns deles sem dinheiro ou em situação ilegal no país em que estudam.

A Folha conversou com quatro doutorandos que estão nessa situação em universidades do Reino Unido, da Holanda e da Itália. Eles tiveram a bolsa mensal interrompida indefinidamente após parecer negativo da Capes, agência federal que participa do programa Ciência sem Fronteiras pelo MEC (Ministério da Educação).

Cada doutorando tem um contrato de quatro anos com o governo e deve mandar relatórios anuais de desempenho para que a concessão da bolsa seja renovada. Com a renovação, que deveria acontecer em maio, eles ingressariam, em agosto, no 3º ano de doutorado.

O problema é que eles tiveram a renovação da bolsa indeferida. Ou seja: a Capes considerou insuficiente o relatório anual desses alunos. Após envio de documentação adicional para a revisão do parecer sobre relatório, dizem, os doutorandos estão sem resposta e tiveram a bolsa mensal interrompida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(...)

Um dos estudantes ouvidos pela reportagem disse que está sem dinheiro e em situação ilegal. A renovação do seu visto de permanência no país depende da renovação da concessão da bolsa.

Outro afirma que teve a concessão da bolsa indeferida com um parecer de três linhas, que alegava que o relatório estava redundante. “Estou em um instituto de ponta e tenho que seguir as regras, que não são poucas nem fáceis”, diz Pedro (nome fictício). “Tive um parecer muito positivo nas minhas avaliações aqui, ganhei prêmio e nada disso adiantou.”*

Ele afirma ter enviado uma série de documentos para a Capes pedindo a reconsideração do parecer – incluindo uma carta do seu orientador europeu, que alega bom desempenho acadêmico. “Imagine se eu tiver que voltar para o Brasil sem o título de doutorado?”, diz Ana (nome fictício). Ela também teve o relatório indeferido e aguarda revisão do processo há um mês. “Temo ter perdido dois anos de minha vida”.*

(...)

SEM DINHEIRO

A especulação é que, agora, o governo estaria cortando bolsas no exterior para reduzir custos, diante da atual crise econômica. Para se ter uma idéia, o investimento mensal para manter um bolsista de doutorado pleno nos EUA – onde há 573 deles -, em cidade considerada “de alto custo”, é de U\$1.700 (quase R\$ 6.000).

No Reino Unido, que tem 504 bolsistas de doutorado pleno, o investimento mensal do governo com cada doutorando é de quase R\$ 8.000 em cidades de alto custo. A Capes informou, em nota, que não há cortes e que a renovação da concessão da bolsa não é automática.

Esse processo, diz, passa “por análise de mérito do progresso das atividades desenvolvidas no exterior”. O problema, dizem os doutorandos, é o governo não ser claro sobre o que espera do relatório técnico anual.

Alem disso, não há prazo estipulado para que o governo dê uma resposta à documentação enviada pelos estudantes que tiveram sua bolsa interrompida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(...)"

De acordo ainda com outra reportagem editada pelo Jornal Folha de São Paulo em 01/07/2016:

“Governo agora pode cortar bolsa de estudo já concedida

Nova norma permite cancelamento de concessão por restrição orçamentária.

SABINE RIGHETTI – colaboração para a Folha

Uma das principais agências do governo federal responsáveis pelo fomento de estudos no exterior – como no programa Ciência sem Fronteiras – pode, a partir de agora, cancelar bolsas de pesquisa já concedidas devido à restrição orçamentária.

A decisão foi publicada em junho em uma nova portaria que regulamenta as bolsas no exterior da Capes, agência de fomento vinculada ao MEC.

A norma define que a agência “poderá cancelar a carta de concessão emitida em função de restrição orçamentária” Mesma coisa pode acontecer devido “documentação com dados parciais, incorretos ou inverídicos”.

Isso significa que pedidos concedidos não têm garantia de contrato. A regra vale de graduação a pós-doutorado fora do país.

(...)

De acordo com a assessoria de imprensa da Capes, apenas bolsas concedidas a partir de agora estarão submetidas ao novo regulamento.

Em nota, a Capes afirma que “não há nenhuma referencia a interromper bolsa de estudos em andamento por corte orçamentário”.

“Todos os bolsistas da Capes possuem garantias de terminar os estudos, desde que possuam mérito e estejam cumprindo com as obrigações previstas”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para quem está estudando fora, o rumor de que a crise financeira poderia abalar as bolsas vigentes e a incerteza da continuidade do programa têm causado insônia.

A especulação, dizem os bolsistas, surgiu diante da lentidão do governo em responder demandas dos cientistas que estão nas universidades estrangeiras.

“Toda vez que se faz qualquer alteração no projeto, precisamos entrar em contato com eles [a agência de fomento], justificar e pedir autorização”, diz Julia (nome fictício). A bolsista prefere não se identificar.*

PÂNICO

“Às vezes, eles demoram mais de três meses para responder”, diz. “Com todas as falhas de comunicação, tenho quase pânico. O medo maior é ter de restituir o valor recebido da bolsa [caso o pedido de renovação seja negado definitivamente], o que giraria em torno de meio milhão de reais”.

(...)”.

Diante dos fatos expostos e considerando a relevância do programa Ciências Sem Fronteiras para a internacionalização da ciência brasileira e qualificação de estudantes e pesquisadores brasileiros, em especial, aqueles em doutoramento pleno, é oportuno que o parlamento tenha uma imagem detalhada e específica da questão financeira, acadêmica e logística do programa neste momento de reordenamento orçamentário, para que possamos acompanhar a continuidade desse importante programa.

Sala de Sessões, de julho de 2016

Danilo Cabral
Deputado Federal - PSB/PE